

A construção de respostas para salvar o futuro navegam os rios da Amazônia

Autores: Francisco Kelvim, Alexandra Borba e Beatriz Moreira de Oliveira*

No Brasil, a construção de barragens para diversas finalidades, especialmente associadas à estruturação do modelo energético nacional a partir da década de 70, redesenharam territórios e produziram impactos diversos às populações locais. Em resposta a esse cenário, as comunidades atingidas passaram a se organizar em resistência contra os grandes projetos, construindo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Desde então, o MAB vem atuando diretamente na proposição de transformações no modelo energético brasileiro, na busca pela garantia dos direitos das populações atingidas e, mais recentemente, no enfrentamento e mitigação da crise climática. São 32 anos de experiência, atuando em cerca de 20 estados, com os objetivos centrais do MAB: a defesa dos direitos e a reparação dos danos causados às populações atingidas, a construção de um modelo energético popular e justo e a defesa de uma sociedade solidária, democrática e com justiça social e ambiental.

A luta em defesa do meio ambiente tem sido ao longo das últimas três décadas parte do “DNA” do Movimento. Em se tratando da defesa dos nossos territórios diante das barragens, entretanto, há uma nova realidade no Brasil e no mundo: com a crise climática, passamos a ser um dos países mais vulneráveis diante dos eventos climáticos extremos, cada vez mais intensos. A mudança do clima se acelerou, e “bateu a porta” das pessoas comuns, no ano em que pela primeira vez a temperatura média global ultrapassou a marca de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

No Brasil, somam-se a esse contexto a desigualdade e o racismo estrutural, além da omissão do Estado no planejamento urbano, dando origem a um novo sujeito atingido. Hoje, cerca de 8 milhões de brasileiros convivem com a insegurança diante dos eventos climáticos extremos, de acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Entre 2013 e 2022, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 4 milhões de pessoas no Brasil foram afetadas diretamente por eventos relacionados às mudanças climáticas em mais de 90% dos municípios brasileiros.

Em 2024, ao mesmo tempo em que o Sul do Brasil foi impactado pelas maiores enchentes do estado do Rio Grande do Sul, com mais de 2 milhões de pessoas atingidas; o Norte vivenciou a pior seca da história da Amazônia, com quase todos os municípios da região enfrentando estiagem ao longo do ano.

Segundo o relatório “*Emergency Events Database (EM-DAT)*”, a maior parte desses novos atingidos se concentra na Ásia e América, por isso, tem sido cada vez mais importante a articulação e solidariedade internacional entre essas populações, retomando um processo histórico de encontros internacionais que nasceu em 1997, o Movimento de Afectados por Represas (MAR), convocou para novembro de 2025, o *IV Encontro Internacional de*

Comunidades Afectadas por Represas e Crisis Climática.

Nesse contexto, o Brasil tenciona protagonismo diante das Nações Unidas, ao aceitar ser sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Diferentemente de 1992, quando o país sediou a ECO-92 no Rio de Janeiro, o ambiente positivo e esperançoso sobre os diversos regimes multilaterais estabelecidos no início deste século já se encontra em erosão. Para além das contradições do clima, vivenciamos o momento histórico com maior número de conflitos armados desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo o genocídio Palestino seu principal símbolo.

Não bastasse esse cenário conflitivo, os Estados Unidos, atual potência hegemônica, impõe tarifas e sanções arbitrarias a diversos países do globo, bem como ameaça destruir a parca legitimidade que ainda há para o multilateralismo. Ao se retirar das negociações de Belém, o maior emissor de GEE do mundo minará as possibilidades de construção de consenso entre as Partes da Convenção. Como será possível entregar um plano ambicioso de transição justa para longe dos combustíveis fósseis se um dos principais países petrolíferos do mundo se exime da responsabilidade de cooperar pelo clima?

Ainda, o regime demonstra suas limitações por ser ferramenta central na manutenção da hegemonia neoliberal, por serem propostos e sustentados pelos países do Norte geopolítico e sob forte influência das grandes corporações transnacionais. Apesar disso, a COP30 pode representar uma janela importante de luta dos povos do mundo. Primeiro, porque o Brasil tem uma agenda progressista e avançada considerando o contexto atual e as contradições do governo Lula. Segundo, porque há um caminho diferente sendo construído, em especial com os países do Sul Global, que têm aspirações comuns. Terceiro, porque os povos do mundo se encontrarão em Belém do Pará, dispostos a lutar por avanços para salvar o futuro.

Se por um lado há diferenças latentes na atual conjuntura em que se insere este processo em comparação à ECO-92, por outro é possível encontrar semelhanças nas aspirações populares em fortalecer a contra-narrativa. Em 1992 o Fórum Global, cúpula construída em paralelo à Rio-92, foi um marco importante para construir vitórias para a sociedade civil organizada na década seguinte, como a derrota da Alca e a construção de governos progressistas na América Latina. Em 2025, seguimos na construção da Cúpula dos Povos rumo à COP30, processo autônomo e popular, fruto da convergência de mais de mil organizações de todo o mundo, dispostos a fortalecer as alianças entre muitos atores em prol da justiça climática.

Entre os dias 12 e 16 de novembro de 2025, os povos do mundo se encontrarão em Belém para denunciar ao mundo as injustiças impostas pelo atual modo de produção, além de anunciar as verdadeiras soluções que vêm dos seus territórios em resistência. Desse modo, por **autônoma**, defendemos a Cúpula dos Povos como um processo independente a governos, organismos internacionais, assim como de corporações nacionais e estrangeiras. Por **popular**, demarcamos quem são os verdadeiros protagonistas deste processo: o povo, na sua diversidade de origens e pautas.

Desde 2023, quando anunciada Belém como sede da COP30, movimentos sociais, organizações não-governamentais, redes e articulações mundiais se unem para construir nossos Eixos de Convergência: sínteses de uma agenda política comum, num esforço de expandir a solidariedade e o internacionalismo da luta antissistêmica. Ainda que globais, estes Eixos refletem nossas raízes, uma vez que são consolidados a partir de um constante fluxo entre as bases populares e as redes que articulam essas demandas em nível internacional. Assim como os rios e cursos d'água, essa troca de experiências e ideias *afluirão* numa Declaração dos Povos, a ser celebrada na Marcha Global do dia 15 de novembro, em Belém e em várias partes do mundo.

Assim, entendemos que a Conferência é apenas um marco histórico, uma oportunidade apresentada para fazer convergir nossas frentes de mobilização neste contexto de múltiplas crises que enfrentamos rumo à um novo horizonte possível. Nas ruas da Universidade Federal do Pará (UFPA), apontaremos aos “tomadores de decisão” quais são as verdadeiras soluções para o clima, observando atenta e criticamente os compromissos que esses atores assumirão no espaço oficial de negociações.

*da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens e da Cúpula dos Povos